


INSTITUTO ALCIDES D' ANDRADE LIMA
 CNPJ: 10.072.296/0001-00
 BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO
 PERÍODO DE 01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2019

ATIVO

	2019	2018
Circulante	36.773.271	36.175.954
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 3b)	12.359.366	8.093.747
Caixa	55.444	28.091
Banco C/Movimento - Recursos Sem Restrição	153.591	49.865
Banco C/Movimento - Recursos com Restrição	-	3.315
Aplicações Financeiras - Recursos Sem Restrição (Nota 3c)	7.646.416	3.072.403
Aplicações Financeiras - Recursos com Restrição (Nota 3d)	4.503.914	4.940.072
Créditos a Receber	21.998.209	26.366.987
Atendimentos Realizados (Nota 3e e 4)	19.271.501	24.701.240
(-) PCLD (Nota 4)	(464.023)	(706.547)
Adiantamentos a Empregados	597.938	180.957
Adiantamentos a Fornecedores (Nota 5)	1.682.316	1.279.161
Tributos a Recuperar	271.360	268.358
Outras Contas a Receber (Nota 3f)	639.116	643.819
Estoques	2.415.696	1.715.220
Almoxarifado/Material de Expediente (Nota 3h)	2.415.696	1.715.220
Não Circulante	32.880.934	34.205.500
Realizável a Longo Prazo	22.226.602	23.960.822
Depósito Judicial	565.935	556.580
Créditos a Receber de Terceiros (Nota 3g e 6)	6.281.648	13.747.140
Empréstimos entre unidades	13.612.445	7.921.509
Outras Contas a Receber (Nota 7)	1.766.574	1.735.593
Imobilizado (Nota 3i e 8)	10.565.953	10.150.669
Bens sem Restrição	20.020.275	18.363.452
Bens com Restrição	4.078.419	3.845.342
(-) Depreciação Acumulada	(13.532.740)	(12.058.126)
Intangível (Nota 3j)	88.379	94.010
Direitos de Uso de Softwares	243.981	243.981
(-) Amortização Acumulada	(155.602)	(149.971)
TOTAL DO ATIVO	69.654.205	70.381.455

Bezerros, 31 de Dezembro de 2019


 José Leônicio de Carvalho Neto
 Presidente



 Jetro Henrique de Medeiros Oliveira
 CRC PE nº 022881/O-9

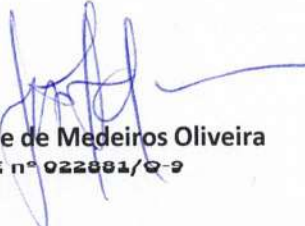
INSTITUTO ALCIDES D' ANDRADE LIMA
CNPJ: 10.072.296/0001-00
BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO
PERÍODO DE 01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2019

PASSIVO

	2019	2018
Circulante (Nota 3l)	33.006.995	40.666.943
Fornecedores de bens e serviços (Nota 3l e 9)	11.152.615	9.669.711
Obrigações com Empregados (Nota 3m e 10)	7.284.760	11.175.597
Obrigações Tributárias (Nota 11)	2.463.966	2.159.907
Empréstimos e Financiamentos a Pagar (Nota 3n e 13)	2.517.985	2.189.502
Convênios Ministério da Saúde (Nota 3o e 12)	4.640.225	5.888.352
Outras contas a Pagar (Nota 3p)	4.947.444	9.583.873
Não Circulante (Nota 3k)	24.686.173	12.443.503
Provisão p/ Contingências (Nota 3q e 15)	1.855.998	1.535.194
Subvenções a Apropriar (Nota 3r e 14)	2.637.688	2.848.664
Subvenções a Liberar (Nota 3r e 14)	1.553.328	1.190.605
Empréstimos e Financiamentos (Nota 13)	5.000.437	6.867.001
Empréstimos entre unidades	13.612.445	-
Outros Convenios	26.277	2.039
Patrimônio Líquido (Nota 3s e 16)	11.961.037	17.271.009
Superávit ou Déficit Acumulado (Nota 3s e 16)	6.485.887	16.649.032
Ajuste de Avaliação Patrimonial	165.177	123.207
Déficit do Exercício	5.118.007	401.717
Ajuste de Exercícios Anteriores	191.965	97.053
TOTAL	69.654.205	70.381.455

Bezerros, 31 de Dezembro de 2019


José Leônico de Carvalho Neto
Presidente

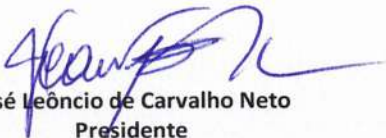

Jetro Henrique de Medeiros Oliveira
CRC PE nº 022881/0-9

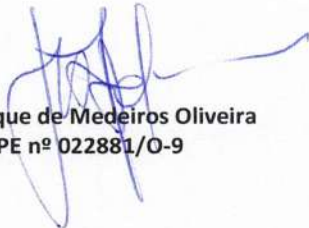


INSTITUTO ALCIDES D' ANDRADE LIMA
CNPJ: 10.072.296/0001-00
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO
PERÍODO DE 01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2019

	2019	2018
RECEITAS OPERACIONAIS	144.429.363	135.985.822
Com Restrição		
Programa (Atividades) de Saúde (Nota 17)	-	23.854
Subvenções e Doações	830.582	1.011.815
Gratuidade	(37.272)	(47.866)
Trabalho Voluntário (Nota 30)	729.144	-
Isenções Usufruídas (Nota 29B)	21.372.083	16.893.997
Sem Restrição		
Programa (Atividades) de Saúde (Nota 18)	121.379.189	111.518.579
Programa (Atividades) de Educação (Nota 18)	-	880
Receitas Administrativas	-	545.583
Ganho da Venda de Bens	20.000	-
Rendimentos Financeiros	135.636	234.874
Outros Recursos Recebidos	-	5.804.106
 CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS		
Com Programas (Atividades)		
Saúde (Nota 19)	(82.445.645)	(67.464.071)
Educação (Nota 19)	(149.738)	(291.247)
 RESULTADO BRUTO	 61.833.980	 68.230.504
 DESPESAS OPERACIONAIS		
Administrativas	(63.934.649)	(62.389.624)
Salários	(15.170.221)	(10.577.281)
Encargos Sociais	(1.587.698)	(800.713)
Depreciação e Amortização	(1.465.065)	(1.592.414)
Despesas c/ Serviços de terceiros (Nota 20)	(5.734.838)	(16.093.432)
Alugueis	(3.694.217)	(3.298.670)
Provisões Trabalhistas e Processuais (Nota 21)	(11.966.550)	(10.452.649)
Despesas Financeiras	(2.214.833)	(2.680.468)
Trabalho Voluntário (Nota 30)	(729.144)	-
Isenções Usufruídas (Nota 29B)	(21.372.083)	(16.893.997)
 Outras despesas/receitas Operacionais (Nota 22)	 (3.017.339)	 (6.242.596)
 DÉFICIT DO PERÍODO (Nota 3a)	 (5.118.007)	 (401.717)

Bezerros, 31 de Dezembro de 2019


José Leônico de Carvalho Neto
 Presidente


Jetro Henrique de Medeiros Oliveira
 CRC PE nº 022881/O-9



INSTITUTO ALCIDES D' ANDRADE LIMA
 CNPJ: 10.072.296/0001-00
 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 PERÍODO DE 01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2019

CONTAS ESPECIFICAÇÕES	PATRIMÔNIO SOCIAL	AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	DÉFICIT DO Período	Ajuste de Exercícios Anteriores	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
SALDOS EM 31/DEZ./17 (Nota 3t e 16)	(28.520.665)	-	10.681.840	-	(17.838.825)
Baixas/ Realização do Ajuste Avaliação Patrimonial	-	(220.260)			(220.260)
Transferências	289.306				289.306
Ajuste de Exercícios Anteriores				97.053	97.053
Incorporação do Déficit	10.681.840		(10.681.840)		-
Déficit do Exercício			401.717		401.717
SALDOS EM 31/DEZ./18 (Nota 3t e 16)	(17.549.519)	(220.260)	401.717	97.053	(17.271.009)
Realização do Ajuste Avaliação Patrimonial	(55.082)	55.082			-
Ajuste de Exercícios Anteriores	117.319			74.646	191.965
Incorporação do Déficit	401.717		(401.717)		-
Déficit do Exercício			5.118.007		5.118.007
SALDOS EM 31/DEZ./19 (Nota 3t e 16)	(17.085.565)	(165.177)	5.118.007	171.699	(11.961.037)

Bezerros, 31 de Dezembro de 2019


 José Leôncio de Carvalho Neto
 Presidente

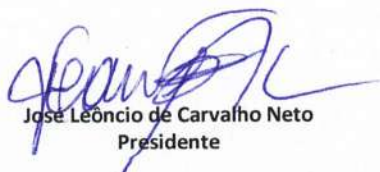

 Jetro Henrique de Medeiros Oliveira
 CRC PE nº 022881/O-9



INSTITUTO ALCIDES D' ANDRADE LIMA
 CNPJ: 10.072.296/0001-00
 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
 PERÍODO DE 01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2019

	2019	2018
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Déficit (Superávit) do Período	(5.118.007)	(401.717)
Ajustes por:		
Depreciação	1.465.065	1.403.192
Baixa de Bens do Imobilizado	(17.599)	195.294
Provisão p/ Contingências	320.804	(4.452.979)
Déficit (Superávit) do Período	(3.349.738)	(3.256.211)
Aumento (diminuição) nos Ativos Circulantes		
Atendimentos Realizados	5.187.214	(5.807.484)
Adiantamentos a Empregados	(416.981)	330.419
Adiantamentos a Fornecedores	403.155	92.186
Tributos a Recuperar	3.002	(3.419)
Outros Valores a Receber	4.703	191.138
Almoxarifado/Material de Expediente	(700.476)	(267.727)
Aumento (diminuição) nos Passivos Circulantes		
Fornecedores de bens e Serviços	1.482.903	3.120.631
Obrigações com Empregados	(3.890.837)	2.509.202
Obrigações Tributárias	304.059	380.978
Recursos de Convênios em Execução	1.248.127	3.098.089
Outras Obrigações a Pagar	4.636.429	8.452.931
Total Aumento (Diminuição) contas do Circulante	8.261.298	12.096.945
CAIXA LÍQUIDO APLICADO DAS/NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	4.911.561	8.840.735
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisições de Bens e Direitos do Imobilizado e Intangível	(1.018.065)	(1.363.812)
Aquisição de Direitos de Créditos a Receber	1.734.220	(3.386.242)
(=) CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	716.155	(4.750.054)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Recebimentos de Empréstimos	(1.538.081)	(1.025.307)
Avaliação Patrimonial	-	(166.100)
Outras Fontes de Financiamentos	175.984	(3.849.033)
(=) CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(1.362.097)	(5.040.440)
(DIMINUIÇÃO)AUMENTO LÍQUIDO NO CAIXA E CAIXA EQUIVALENTES	4.265.619	(949.759)
	4.265.619	(949.759)
CAIXA E CAIXAS EQUIVALENTES EM 1º DE JANEIRO	8.093.747	9.043.506
CAIXA E CAIXAS EQUIVALENTES EM 31 DE DEZEMBRO	12.359.366	8.093.747
	4.265.619	(949.759)

Bezerros, 31 de Dezembro de 2019


 José Leônico de Carvalho Neto
 Presidente


 Jetro Henrique de Medeiros Oliveira
 CRC PE nº 022881/O-9



INSTITUTO ALCIDES D'ANDRADE LIMA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O INSTITUTO ALCIDES D'ANDRADE LIMA tem por finalidade colaborar com o desenvolvimento dos municípios de Bezerros e Jaboatão dos Guararapes – PE, para melhoria da condição de vida de sua população e de outros municípios, sem distinção de raça, cor, religião, opinião política e condição social, sempre protegendo a família, a maternidade, a infância, a adolescência e a velhice e até onde lhe permitir suas finanças.

O Instituto atua na prática da caridade e beneficência no campo da promoção da saúde e da assistência social da pessoa humana, atuando nas áreas de assistência médico-hospitalar e ambulatorial e de reabilitação física e assistência social, educacional, abrigos para idosos, escolas, bibliotecas, museus, periódicos, centros de capacidade e faculdades.

O Instituto poderá, ainda, criar, onde e como achar conveniente, estabelecimentos, departamentos, ou mesmo, outras entidades com personalidade jurídica própria e com finalidades assistenciais iguais, semelhantes ou não às previstas acima.

O Instituto mantém as seguintes Instituições:

- Na Área de Saúde:
Hospital Guararapes;
Hospital Memorial Jaboatão;
Hospital Jesus Pequenino;
Centro de Diagnostico do Agreste;
- Na Área Educacional:
Centro de Ensino Experimental Escola Técnica do Agreste

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

A apresentação das demonstrações contábeis de 31/Dez./2019 e 31/Dez./2018 foram preparadas de acordo com as normas contábeis brasileiras, considerando a atual legislação societária brasileira, as Normas Brasileiras de Contabilidade, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, os pronunciamentos, as interpretações e as orientações emitidos pelo CPC e homologadas pelos órgãos competentes e estando em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Como se trata de uma Entidade sem fins lucrativos, as demonstrações contábeis foram preparadas, principalmente, de acordo com a ITG 2002 – Entidades sem finalidade de lucros, aprovada pela Resolução nº 1.409, de 21 de setembro de 2012, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidade de lucros.

Compreende o conjunto dessas demonstrações: o balanço patrimonial, demonstração do resultado do período, demonstração das mutações do patrimônio social e demonstração dos fluxos de caixa, apresentadas de forma comparativa. Dos princípios contábeis, foi adotado na elaboração das demonstrações contábeis a que segue:

O Instituto mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. Os registros contábeis contêm o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos.

As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão transcritas no Livro Diário e no SPED Contábil da Entidade.

A documentação contábil do Instituto é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos "usos e costumes". O Instituto mantém em boa ordem a documentação contábil.

B. BASE DE MENSURAÇÃO

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

C. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Instituto.

D. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

3. PRINCIPAIS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS

Dentre os principais procedimentos adotados para a preparação das demonstrações contábeis, ressalta-se:

a) APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

A apuração é feita segundo o Regime de Competência. As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato - valores recebidos ou a receber) e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados, respeitando-se o estabelecido na Resolução CFC 1305/10 (NBC TG 07) no que se refere ao reconhecimento de receitas de assistências governamentais. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2019 o IAAL apresentou déficit de R\$ 5.118.007 enquanto em 2018 o déficit foi de R\$ 401.717.

b) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Conforme determina a Resolução do CFC No. 1.296/10 (NBC –TG 03) – Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC No. 1.376/11 (NBC TG 26) – Apresentação Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste grupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e que estão sujeitos ao insignificante risco de mudança de valor.

c) APLICAÇÕES FINANCEIRAS – RECURSOS SEM RESTRIÇÃO

Estão demonstradas ao custo de aplicação, acrescido dos rendimentos correspondentes, calculados até a data do balanço.

Aplicações Financeiras - Recursos Sem Restrição	2.019	2.018
POUPANÇA BRASIL - 1643-8 AG C/C 14.728	915,61	915,61
APL BRADESCO FICFI AG 2530 CC 7298 B	31.051,44	25.256,80
APL BRADESCO AG 2530 - CC 8490-5 CD	717,59	1.521,85
APL CAIXA AG 0045 CC 3364-2	10,10	59,81
APL CEF 0045 CC. 3667-6	10,02	10,07
APL INVESTI PLUS BRADESCO C/C 397-2	-	32.911,75
APL BB 15043-6 RENDA FIXA LP 100	23.672,04	23.238,99
APL BB - AG 1837-6 CC 7725-9	2.159.665,08	104.616,91
APL SANTANDER - AG 1036 CC 13.000434-0	159.062,36	85.945,67
APL BB - AG 1837-6 CC 25.490-8	3.671.784,72	745.869,88
APL SANTANDER - AG 1036 - CC 13.000220	328.994,75	45.853,13
APL CEF-AG 2192 CC 50-2	-	10,02
APL CEF 50-2 FIC PREMIUM RF	150.049,47	135.136,45
APL BB AG1837-6 CC 55697-1	-	161.741,26
APL CEF AG 0045 CC 3893-8	-	16,94
APLIC. 55.743-9	-	126.651,77
APLIC. 57.510-0	-	61,00
3689-7 APL	-	40.183,35
3572-6 APL	-	173.382,57
APL BB 15043-6 RENDA FIXA LP 500	89,03	23.866,97
APL CEF 627-6 FI MEGA	1.052.632,44	1.033.920,16
APLIC. CAIXA AG. 0045 3941-1	-	8.767,17
APLIC. CAIXA AG. 0045 3940-3	-	61.961,58
APL AG 1031 CC 30459-3	-	240.503,34
APL CEF 1580-1 CONVENIO 10/2014 COOP	37.249,76	-
APL CEF AG 0045 CC 3893-8	30.511,46	-
Totais	7.646.416	3.072.403

d) APLICAÇÕES FINANCEIRAS – RECURSOS COM RESTRIÇÃO

Estão demonstradas ao custo de aplicação decorrentes de contratos de Convênios com o Ministério da Saúde, acrescido dos rendimentos correspondentes, calculados até a data do balanço.

Aplicações Financeiras - Recursos Com Restrição	2.019	2.018
APL BB-AG 1837-6 CC 41.229-5	20.574,90	89.666,97
APL BB-AG 1837-6 CC 46.596-8	2.075,53	2.039,08
POUPANÇA CEF - AG 0923 CC 14527-0	4,65	4,41
APL BB AG 1837-6 CC 54294-6	367.411,53	352.209,63
APL BB AG 1837-6 CC 54145-1	25.285,38	805.702,75
APL CEF AG0045 CC 3596-3 CONVENIO 834	-	86.009,85
APL BB AG. 1837-6 CC 95.490-X	-	0,86
APL BB C/C 60.800-9	3.454.547,14	3.604.428,58
APL CEF 1580-1 CONVENIO 10/2014 COOP	-	10,05
APL BB AG1837-6 CC 55697-1	167.127,94	-
APL CEF AG0045 CC 3596-3 CONVENIO 834	67.677,71	-
APLIC. CAIXA AG. 0045 3941-1	49.381,34	-
APLIC. CAIXA AG. 0045 3940-3	64.438,04	-
APLIC. 55.743-9	104.270,50	-
APL 3572-6	181.119,66	-
Totais	4.503.914	4.940.072

e) ATENDIMENTOS REALIZADOS

Os atendimentos realizados são registrados pelo valor faturado.

f) OUTRAS CONTAS A RECEBER

Os ativos circulantes, quando aplicáveis, estão atualizados e reduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização.

g) CRÉDITOS A RECEBER DE TERCEIROS

São reconhecidos inicialmente pelo valor original, incorridos até a data do balanço.

h) ESTOQUES

Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição, e não superam o valor de mercado. A provisão para desvalorização dos estoques será constituída, quando necessário, com base na análise dos estoques e seu tempo de permanência, a montante de provisão é considerado pela Administração ser suficiente para eventuais perdas.

i) IMOBILIZADO

O imobilizado do IAAL é composto por bens próprios e bens de terceiros os quais são classificados de modo a atender a legislação atual. Os bens próprios referem-se a ativos adquiridos com recursos da própria Instituição. Os bens de terceiros são fruto de aquisição realizada com convênios para os quais possui documentos de cessão de uso.

A partir do exercício de 2016 as depreciações estão sendo calculadas por espécie de bens, na sua maioria de acordo com a expectativa de vida útil remanescente revisada, de acordo com os Pronunciamentos Contábeis CPC 27 e ICPC 10.

j) INTANGÍVEL

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados

ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

k) PASSIVO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. – Provisões – Uma provisão é reconhecida em decorrência de um evento passado que originou um passivo, sendo provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas quando julgadas prováveis e com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

l) FORNECEDORES DE BENS E SERVIÇOS

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante.

m) OBRIGAÇÕES COM EMPREGADOS

Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados inclusive as provisões de férias e 13º salário e os encargos incidentes respectivamente, até a data do balanço.

n) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A PAGAR

Os empréstimos entre as entidades congêneres são reconhecidos no recebimento dos recursos, conforme a necessidade dos mesmos. Os empréstimos obtidos junto às instituições financeiras estão mensurados pelo valor de custo e ajustados de acordo com cláusulas contratuais da incidência de encargos financeiros.

o) CONVÊNIOS MINISTÉRIO DA SAÚDE

Os recursos recebidos dos convênios cujas condições estabelecidas nos contratos não foram ainda atendidas ou cujas despesas correspondentes ainda não incorreram, são transferidas para outras obrigações no passivo, e o seu reconhecimento na receita no resultado do exercício ocorre na proporção em que as despesas correspondentes incorrem. O reconhecimento na receita quando o recurso do convênio for utilizado para aquisição de ativo imobilizado, ocorrerá de forma linear e sistemática no mesmo valor e no mesmo momento do reconhecimento da despesa de depreciação desse bem no resultado.

p) OUTRAS CONTAS A PAGAR

Os passivos circulantes estão demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis e, quando aplicável, incluem os encargos e as variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço, quando aplicável.

q) PROVISÃO CONTINGÊNCIAS

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: (i) Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; (ii) passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados; e (iii) Obrigações legais são registradas como exigíveis independentes da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Entidade questionou a inconstitucionalidade de tributos. As provisões reconhecidas não possuem garantias vinculadas.

r) SUBVENÇÕES A REALIZAR

Uma subvenção é reconhecida no resultado ao longo do período, registrado como outras receitas quanto à subvenção se torna recebível, confrontada com as despesas que se pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições do CPC 07 - Subvenções e Assistências Governamentais. As subvenções para investimentos estão sendo apropriados no resultado na mesma proporção das despesas com depreciação dos equipamentos vinculados ao investimento realizado.

s) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido é apresentado em valores atualizados, acrescido do resultado do exercício ocorrido.

4. ATENDIMENTOS REALIZADOS

Origem	2019	2018
CONVÊNIOS	6.584.097	6.934.586
(-) PCLD	- 464.023	- 706.547
SUS	12.488.701	17.568.250
CARTÕES DE CRÉDITO	198.703	198.404
Total	18.807.479	23.994.693

5. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

Descrição	2019	2018
ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES - HMG	567.691	311.786
ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES - HMJ	576.313	467.658
ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES - HJP	506.720	476.583
ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES - CEEETA	20.603	12.145
ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES - CDA	10.989	10.989
Total	1.682.316	1.279.161

6. CRÉDITOS A RECEBER DE TERCEIROS

Descrição	2019	2018
Créditos a Receber Instituto Guararapes de Assistência	14.466	-
Créditos a Receber Instituto Pernambucano de Assistência a Saúde	5.866.345	5.625.968
Créditos a Receber Humanize	400.838	154.302
Secretaria Municipal de Saúde - Jaboatão dos Guararapes	-	7.966.870
Total	6.281.648	13.747.140

Em dezembro de 2019 houve o recebimento do total de R\$7.966.140 da Secretaria Municipal de Saúde – Jaboatão dos Guararapes.

7. OUTRAS CONTAS A RECEBER

Descrição	2019	2018
SUBVENÇÕES A RECEBER - HMG	990.605	990.605
SUBVENÇÕES A RECEBER - HMJ	200.000	200.000
APL CEF AG 0045 CC 3688-9	575.969	544.988
Total	1.766.574	1.735.593

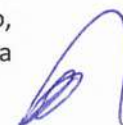
8. IMOBILIZADO

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o total de imobilizado, era composto da seguinte forma:

Descrição	Saldos em 31/12/2018	Adições	Baixas	Ajustes Patrimoniais	Transferências	Saldos em 31/12/2019
TERRENOS	470.000	-	-	-	-	470.000
EDIFICAÇÕES	3.506.392	-	-	-	-	3.506.392
INSTALAÇÕES	76.125	-	(15.000)	-	-	61.125
EQUIPAMENTOS HOSPITALARES	6.481.536	1.325.939	(46.370)	-	(180.752)	7.580.353
INSTRUMENTAL CIRURGICO	619.651	12.535	-	-	-	632.186
EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	1.906.834	199.433	(16.133)	-	(52.325)	2.037.809
MOVEIS, MAQUINAS E UTENSILIOS	3.282.839	406.172	(21.287)	-	-	3.667.724
VEÍCULOS	872.572	12.360	-	-	-	884.932
EQUIPAMENTOS ELETRODOMÉSTICOS	589.348	18.364	(10.272)	-	-	597.440
IMOBILIZADOS EM ANDAMENTO	366.734	-	-	-	-	366.734
FERRAMENTAS	6.106	-	-	-	-	6.106
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	185.316	24.159	-	-	-	209.475
Total dos Bens	18.363.452	1.998.961	(109.062)	-	(233.077)	20.020.275
(-) Depreciação Acumulada	(10.967.347)	(1.073.569)	-	-	-	(12.040.916)
Total do Imobilizado sem Restrição	7.396.105	925.393	(109.062)	-	(233.077)	7.979.358
Descrição	Saldos em 31/12/2018	Adições	Baixas	Ajustes Patrimoniais	Transferências	Saldos em 31/12/2019
EQUIPAMENTOS HOSPITALARES	3.102.501	180.752	-	-	-	3.283.253
INSTRUMENTAL CIRURGICO	168.850	-	-	-	-	168.850
MOVEIS, MAQUINAS E UTENSILIOS	246.700	-	-	-	-	246.700
EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	156.046	52.325	-	-	-	208.371
EQUIPAMENTOS ELETRODOMÉSTICOS	171.245	-	-	-	-	171.245
Total dos Bens	3.845.342	233.077	-	-	-	4.078.419
(-) Depreciação Acumulada	(1.090.778)	(401.046)	-	-	-	(1.491.824)
Total do Imobilizado com Restrição	2.754.564	(167.969)	-	-	-	2.586.595
Total do Imobilizado	10.150.669	757.423	(109.062)	-	(233.077)	10.565.953

No exercício de 2016 a Entidade contratou consultoria especializada na avaliação de ativos imobilizados, sendo emitido laudo de avaliação datado de 30/jun./16, para seu conjunto de bens integrantes do ativo imobilizado, exceto Terrenos e Edificações.

A empresa contratada procedeu ao levantamento físico dos bens, exceto Terrenos e Edificações, efetuou o registro de tombamento dos referidos bens, sua individualização, descrição para implantação do controle físico no sistema de patrimônio. Também foi feita a



avaliação de vida útil remanescente para fixação das taxas de depreciação, em conformidade com a NBC TG 1000 de que trata também a ITG 10.

Os bens do ativo imobilizado estão sendo depreciados de acordo com taxas de depreciação fixadas pelo prazo de vida útil remanescente.

9. FORNECEDORES DE BENS E SERVIÇOS

Descrição	2019	2018
Fornecedores de Serviços PF	61.125	238.612
Fornecedores de Serviços PJ	7.523.207	5.811.050
Fornecedores de Materiais	3.568.284	3.620.049
Total	11.152.615	9.669.711

10. OBRIGAÇÕES COM EMPREGADOS

Descrição	2019	2018
Salários a Pagar	1.396.243	5.209.959
Provisão de Férias	5.454.213	5.524.107
Provisão de Encargos s/ férias e 13ª salário	434.304	441.531
Total	7.284.760	11.175.597

11. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Descrição	2019	2018
Obrigações Tributárias HMG	1.305.048	1.027.657
Obrigações Tributárias HMJ	1.094.821	897.574
Obrigações Tributárias HJP	46.182	86.783
Obrigações Tributárias CEEETA	15.754	144.679
Obrigações Tributárias CDA	2.161	3.214
Total	2.463.966	2.159.907

12. CONVÊNIOS MINISTÉRIO DA SAÚDE

Descrição / Unidades	2019	2018
CONVENIO 19451 MS FNS CONTA BB 41.22 - HMG	-	93.293
CONVENIO 19051 MINISTERIO DA SAUDE - HMJ	104.271	126.622
CONVENIO 753479 - HMG	-	240.504
CONVENIO 814882 - HMG	367.412	352.210
CONVENIO 541451 - HMJ	25.285	805.703
CONVENIO CEF 14527-0 - HMJ	4	4
CONVENIO MINISTERIO DA SAUDE - HJP	209.170	209.170
CONVENIO 826134 - HMG	167.128	161.741
CONVENIO 834023 - HMG	62.778	81.110
CONVENIO 836539 - HMJ	-	40.183
CONVENIO 804519 - HMG	3.454.547	3.604.429
CONVENIO 834022 - HMJ	181.120	173.383
CONVENIO 818905 - HMJ	68.510	-
Total	4.640.225	5.888.352

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A PAGAR

Os saldos de empréstimos e financiamentos junto às instituições financeiras estão demonstrados como segue:

DESCRIÇÃO	TIPO	EM 31/dez./19		EM 31/dez./18	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Caixa Economica Federal	Leasing	3.230.353	6.687.201	3.338.046	10.012.331
(-) Juros sobre empréstimos	Leasing	(807.663)	(1.686.763)	(1.230.353)	(3.145.330)
Saldo a pagar		2.422.690	5.000.437	2.107.692	6.867.001
Outros		95.295	-	81.810	-
Total		2.517.985	5.000.437	2.189.502	6.867.001

O empréstimo está sujeito a juros de 1,65% a.m., com 60 parcelas a pagar e vencimento final para 10/11/2022. Foi oferecido em Garantia: Aplicação financeira vinculada e créditos recebíveis de convênios do SUS.

14. SUBVENÇÕES A APROPRIAR E A LIBERAR

Descrição	2019	2018
Subvenções a Apropriar HMG	1.505.223	1.734.793
Subvenções a Apropriar HMJ	1.132.465	1.113.872
Total	2.637.688	2.848.664

Descrição	2019	2018
Subvenções a Liberar HMG	1.273.735	990.605
Subvenções a Liberar HMJ	279.593	200.000
Total	1.553.328	1.190.605

15. PROVISÃO PARA CONTIGÊNCIAS

Em atendimento a Resolução CFC Nº 1.180/09, e respaldado por um documento recebido da Assessoria Jurídica, constando os processos administrativos e/ou judiciais (fiscais e/ou trabalhistas e/ou tributários) que a Entidade possui e a situação provável com suficiente segurança das perdas desses valores, constituímos provisão para os processos classificados como provável, a seguir:

Posição de processos com prognóstico provável de perda:

Unidades	2019	2018
Hospital Memorial Guararapes	543.941	756.521
Hospital Memorial Jaboatão	511.600	735.673
Hospital Jesus Pequenino	787.457	30.000
Centro de Ensino Experimental Escola Técnica do Agreste	13.000	13.000
Total	1.855.998	1.535.194

Para os processos com prognóstico possível, somente mencionamos em notas, a seguir:

Unidades	2019	2018
Hospital Memorial Guararapes	27.706.746	26.866.610
Hospital Memorial Jaboatão	10.339.791	9.919.500
Total	38.046.537	36.786.111

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido é composto pelos valores de constituição do Instituto acrescido dos Déficits/Superávits Acumulados e do Déficit do período.

CONTAS	PATRIMÔNIO	AJUSTE DE	DÉFICIT	Ajuste de Exercícios	PATRIMÔNIO
ESPECIFICAÇÕES	SOCIAL	AValiação	DO Período	Anteriores	LÍQUIDO
		PATRIMONIAL			
SALDOS EM 31/DEZ./17 (Nota 3t e 16)	(28.520.665)	-	10.681.840	-	(17.838.825)
Baixas/ Realização do Ajuste Avaliação Patrimon	-	(220.260)			(220.260)
Transferências	289.306				289.306
Ajuste de Exercícios Anteriores				97.053	97.053
Incorporação do Déficit	10.681.840		(10.681.840)		-
Déficit do Exercício			401.717		401.717
SALDOS EM 31/DEZ./18 (Nota 3t e 16)	(17.549.519)	(220.260)	401.717	97.053	(17.271.009)
Realização do Ajuste Avaliação Patrimonial	(55.082)	55.082			-
Ajuste de Exercícios Anteriores	117.319			74.646	191.965
Incorporação do Déficit	401.717		(401.717)		-
Déficit do Exercício			5.118.007		5.118.007
SALDOS EM 31/DEZ./19 (Nota 3t e 16)	(17.085.565)	(165.177)	5.118.007	171.699	(11.961.037)

17. RECEITAS OPERACIONAIS COM RESTRIÇÃO

Receitas Operacionais com Restrição - Programa (Atividades) de Saúde	2019	2018
FUNDO NACIONAL DE SAÚDE	-	23.854
Total	-	23.854

18. RECEITAS OPERACIONAIS SEM RESTRIÇÃO

Receitas de Serviços Prestados sem Restrição	2019	2018
SUS	99.175.339	91.191.668
ATENDIMENTOS PARTICULARES	22.203.850	20.326.031
EDUCACIONAIS	-	880
Total	121.379.189	111.518.579

19. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS COM PROGRAMAS (ATIVIDADES)

Programa (Atividades) de Saúde	2019	2018
Medicamentos	4.941.173	5.209.738
Nutrição/Alimentar	3.645.282	4.351.896
Materiais Diversos	14.050.050	12.345.909
Salário e encargos produção	39.437.622	45.556.528
Serviços de terceiros	20.371.517	-
Total	82.445.645	67.464.071

Programa (Atividades) de Educação	2019	2018
Despesas Operacionais	5.819	1.951
Salário e encargos produção	143.919	289.296
Total	149.738	291.247

20. DESPESAS COM SERVIÇOS DE TERCEIROS

Unidades	2019	2018
Despesas c/ serviços de terceiros - HMG	2.210.196	5.092.923
Despesas c/ serviços de terceiros - HMJ	2.491.110	7.155.863
Despesas c/ serviços de terceiros - HJP	1.016.141	3.814.671
Despesas c/ serviços de terceiros - CEEETA	-	26.015
Despesas c/ serviços de terceiros - CDA	17.390	3.960
Total	5.734.838	16.093.432

A variação é decorrente da reclassificação dos custos com serviços médicos (pessoa jurídica) e laboratoriais, demonstrados na nota 19.

21. PROVISÕES TRABALHISTAS E PROCESSUAIS

Descrição	2019	2018
Provisão de 13º salário e encargos	4.357.626	4.168.218
Provisão de férias e encargos	6.851.468	5.687.944
Provisão processos judiciais	757.457	596.486
Total	11.966.550	10.452.649

22. OUTRAS DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS

Descrição	2019	2018
RECEITAS - DESCONTOS OBTIDOS	259.100	-
RECEITAS - CONVÊNIOS C/ FACULDADES PARTICULARES	422.207	-
RECEITAS - ALUGUEIS	247.026	-
RECEITAS - VENDA DE BENS DO ATIVO IMOBILIZADO	-	-
DESPESAS - CUSTAS PROCESSOS JUDICIAIS	(241.079)	(78.704)
DESPESAS - ENERGIA ELETRICA	(2.348.471)	(2.111.194)
DESPESAS - AGUA E ESGOTO	(90.002)	(63.119)
DESPESAS - TELEFONE/INTERNET	(193.814)	(188.155)
DESPESAS - PCLD E PERDAS NOS RECEBIMENTOS	(157.784)	(2.087.903)
DESPESAS - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	(75.507)	(171.965)
DESPESAS - LICENÇA DE SOFTWARE	(354.835)	(266.406)
DESPESAS - DOAÇÕES EFETUADAS	-	(48.335)
DESPESAS - IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	(37.114)	(86.021)
DESPESAS - IPTU	(136.678)	(143.982)
DESPESAS - SEGUROS	(67.379)	(139.087)
DESPESAS - VIAGENS E ESTADIAS	(127.847)	(68.863)
DESPESAS - COMBUSTIVEIS	(233.255)	(199.164)
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS	118.092	(589.699)
Total	(3.017.339)	(6.242.596)

Em 2018 foram reconhecidas as perdas nos recebimentos da unidade Hospital Jesus Pequeno de exercícios anteriores, onerando o resultado e ocasionando uma variação relevante.

Devido ao preenchimento em duplicidade das receitas com descontos obtidos, convênios c/ faculdades particulares, aluguéis e venda de bens do ativo imobilizado em contrapartida de

outras receitas/despesas, constatou-se a necessidade da reclassificação de outras receitas/despesas operacionais, conforme demonstrado:

Descrição	2018 Atual	2018
RECEITAS - DESCONTOS OBTIDOS	-	290.673
RECEITAS - CONVÊNIOS C/ FACULDADES PARTICULARES	-	1.448.442
RECEITAS - ALUGUEIS	-	272.309
RECEITAS - VENDA DE BENS DO ATIVO IMOBILIZADO	-	2.200
DESPESAS - CUSTAS PROCESSOS JUDICIAIS	(78.704)	(78.704)
DESPESAS - ENERGIA ELETRICA	(2.111.194)	(2.111.194)
DESPESAS - AGUA E ESGOTO	(63.119)	(63.119)
DESPESAS - TELEFONE/INTERNET	(188.155)	(188.155)
DESPESAS - PCLD E PERDAS NOS RECEBIMENTOS	(2.087.903)	(2.087.903)
DESPESAS - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	(171.965)	(171.965)
DESPESAS - LICENÇA DE SOFTWARE	(266.406)	(266.406)
DESPESAS - DOAÇÕES EFETUADAS	(48.335)	(48.335)
DESPESAS - IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	(86.021)	(86.021)
DESPESAS - IPTU	(143.982)	(143.982)
DESPESAS - SEGUROS	(139.087)	(139.087)
DESPESAS - VIAGENS E ESTADIAS	(68.863)	(68.863)
DESPESAS - COMBUSTIVEIS	(199.164)	(199.164)
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS	(589.699)	(2.603.323)
Total	(6.242.596)	(6.242.596)

23. CUMPRIMENTO DE METAS COM O SUS

Conforme determinação do artigo 18 do Decreto nº. 7.237/10 e artigo 9º item 1 c. da Portaria do MS 1.970/11, o Instituto cumpriu as metas quantitativas e qualitativas de internação ou de atendimentos ambulatoriais estabelecidas no convênio e/ou contratualização, e estas foram atestadas pelo Gestor Local do SUS.

24. COBERTURA DE SEGUROS

Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio de Contábil de Continuidade.

A cobertura de seguro da (apólice nº. 1800000361191, Tokio Marine Seguradora contra sinistros no valor total de R\$ 23.300.000,00.

	<u>Modalidade</u>	<u>Valor Contábil</u>	<u>Valor Segurado</u>
Prédio e Conteúdo	Empresarial	20.020.275	23.300.000

Os valores segurados são definidos pelos Administradores da Entidade em função do valor de mercado ou do valor do bem novo, conforme o caso.

25. CARACTERÍSTICA DA IMUNIDADE

O INSTITUTO ALCIDES D'ANDRADE LIMA é uma entidade filantrópica de direito privado, sem fins não econômicos, com sede e foro no município de Bezerros, que tem como atividade a prestação de serviços na área de saúde e educação, previsto no artigo 9º do CTN, e por isso imune, no qual usufrui das seguintes características:

- A Instituição é regida pela Constituição Federal;
- A imunidade não pode ser revogada, nem mesmo por emenda constitucional;
- Não há o fato gerador (nascimento da obrigação tributária);
- Não há o direito (Governo) de instituir, nem cobrar tributo.

26. REQUISITOS PARA IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

A única Lei Complementar que traz requisitos para o gozo da imunidade tributária é o Código Tributário Nacional (CTN). O artigo 14 do Código Tributário Nacional estabelece os requisitos para o gozo da imunidade tributária, esses estão previstos no Estatuto Social da Entidade e seu cumprimento (operacionalização) pode ser comprovado pela sua escrituração contábil (Demonstrações Contábeis, Diário e Razão), no qual transcrevemos:

- Não distribuem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título;
- Aplicam integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;
- Mantêm a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

27. REQUISITOS PARA MANUTENÇÃO DA ISENÇÃO TRIBUTÁRIA

Por atender aos requisitos estabelecidos no artigo 29 da Lei 12.101 de 27/11/2009, alterada pela Lei 12.868/13, regulamentada pelo Decreto 8.242/14 e à portaria 1.970 de 16/08/2011 do Ministro da Saúde, a Instituição encontra-se certificada junto ao CEBAS SAÚDE conforme processo nº 25000.460035/2017-81 42, com validade de 1º de dezembro de 2017 a 30 de novembro de 2020, fazendo jus ao direito de usufruir da isenção do pagamento da Cota Patronal das Contribuições Sociais e isenção da COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) que também é uma contribuição social, de natureza tributária, incidente sobre a receita bruta das empresas em geral, destinada a financiar a seguridade social. Para usufruir da Isenção Tributária determinada pelo artigo 29 da Lei nº. 12.101/09 cumpre os seguintes requisitos:

ESTATUTÁRIOS

- Não percebe a seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores ou benfeitores, remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos;
- Aplica suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais;
- Não distribui resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto;
- Atende o princípio da universalidade do atendimento, onde não direciona suas atividades exclusivamente para seus associados (as);

- Tem previsão nos seus atos constitutivos, em caso de dissolução ou extinção, a destinação do eventual patrimônio remanescente a entidade sem fins lucrativos congêneres ou a entidades públicas;

28. OPERACIONAIS E CONTÁBEIS

- Possui certidão negativa de débitos relativos aos Tributos federais e a dívida ativa da união aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;
- O certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS encontra-se em situação regular;
- Mantém sua escrituração contábil regular que registre as receitas e despesas, bem como a aplicação em gratuidade de forma segregada, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade;
- Conserva em boa ordem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizados que impliquem modificação da situação patrimonial;
- Cumpre as obrigações acessórias estabelecidas na legislação tributária;
- Elabora as demonstrações contábeis devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade.

Em 02 de Setembro de 2015, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 – Entidade sem finalidade de lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor.

Dentre as alterações realizadas na ITG 2002 faz referência que os tributos objeto de renúncia fiscal não precisam ser registrados como se fossem devidos, bastando relacioná-los nas notas explicativas. Em face de Entidade ter como área de atuação preponderante a da Saúde, tem obrigatoriedade de cumprir o estabelecido na portaria 1970 de 16/08/2011, a qual dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-SAÚDE) e traz em seu artigo 30 que na análise das demonstrações contábeis serão observadas prioritariamente: - Demonstração do Resultado (DRE) o valor do benefício fiscal usufruído (inciso II alínea “d”) e em Notas Explicativas o valor dos benefícios fiscais usufruídos (inciso III alínea “C”). Para cumprir o estabelecido em portaria, a Entidade continua reconhecendo na DRE os valores usufruídos.

29. ATENDIMENTOS, ISENÇÕES E GRATUIDADES

Em atendimento a legislação vigente Lei sob nº 12.101/09, alterada pela Lei 12.868/13 e regulamentada pelo decreto nº 8.242/13 a entidade apurou o percentual de atendimento SUS de 62,74%. O percentual foi obtido utilizando a Metodologia de Cálculo do Somatório de Serviços assim prestados na aérea de Saúde e de verificação do percentual de Serviços Prestados ao SUS, bem como, incremento de 4,5% referente a portaria MS 1.970/2011 - Artigo 33 em relação aos serviços de atenção obstétrica e neonatal (HG) e atenção às urgências e emergências (HG e HJP).

A. DEMONSTRATIVO DE ATENDIMENTOS

ORIGEM	INTERNAÇÃO 2019		AMBULATÓRIO 2019		TOTAL 2018	
	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%
SUS	106.954	81,82%	75.390	41,34%	186.229	73%
OUTROS ATENDIMENTOS	23.763	18,18%	106.971	58,66%	68.802	27%
TOTAL	130.717	100%	182.361	100%	255.031	100%

B. ISENÇÕES USUFRUÍDAS

Origem	Base de Cálculo	Isenção (Cota Patronal/RAT/SAT/Terceiros) *	Período
INSS Cota Patronal	60.342.534	17.128.400	2019
	60.769.733	16.893.997	2018
Origem	Base de Cálculo	Isenção	Período
COFINS s/ Receitas	121.341.918	3.640.258	2019
	112.507.262	3.375.218	2018
Origem	Base de Cálculo	Isenção	Período
PIS s/ Folha de Pagamento	60.342.534	603.425	2019
	60.769.733	607.697	2018

* CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS USUFRUÍDAS:

- 20% sobre folha de salários e serviços de autônomos e individuais
- RAT/SAT (2%)
- TERCEIROS (5,8% - Saúde) e (4,50% Educação e Social)
- COFINS (3%)
- PIS (1%)

30. TRABALHO VOLUNTÁRIO

Em 02/09/2015 o Conselho Federal de Contabilidade publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 – Entidade sem finalidade de lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na ITG 2002 encontra-se a que estabelece que o trabalho dos integrantes da administração das entidades deve ser incluído como trabalho voluntário. Desta forma, conforme item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pela entidade. A Entidade possui trabalho voluntário dos dirigentes estatutários.

Para o cálculo da remuneração que seria devida, a Entidade toma por base o tempo dedicado à atividade por cada um. Para o ano de 2019 tomou por base o valor médio dos honorários praticados no mercado, multiplicado pelo número de horas chegou-se ao montante devido no mês.

Descrição	2019	2018
Folha de pagamento dos voluntários	533.000	-
FGTS s/ folha de pagamento dos voluntários	42.640	-
INSS cota patronal s/ folha de pagamento dos voluntários	148.174	-
PIS s/ folha de pagamento dos voluntários	5.330	-
Total	729.144	-


José Leôncio de Carvalho Neto
Presidente


Jetro Henrique de M. Oliveira
Contador – CRC PE 022881/O-9